

APRESENTAÇÃO

Esta edição que comemora o 10º número da *Campo Território: Revista de Geografia Agrária* tem a satisfação de reeditar um dos artigos mais importantes da Geografia Agrária, publicado no *Boletim Paulista de Geografia* Nº 58 (1981), intitulado de “Agricultura e Indústria no Brasil” de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. O artigo inaugura uma nova forma de abordagem teórica e política sobre as relações entre a agricultura e a indústria na Geografia Agrária, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução ampliada do capital, através do estudo das formas de apropriação da renda da terra. A expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. O autor discute a ação do capital monopolista e a produção no campo num período histórico (final dos anos 1970 e início de 1980) marcado pelas lutas dos trabalhadores da cidade e do campo contra o capitalismo monopolista em que a agroindústria representava o exemplo mais significativo do processo de monopólio na produção com conseqüente subordinação da circulação aos desígnios da produção. A sua postura política coloca um novo desafio aos geógrafos o de pensar uma nova questão agrária, o papel das lutas no campo, bem como a necessidade de avançar rumo a outra ordem social mais justa.

Este número da revista Campo Território traz uma relação diversificada de temáticas e posicionamentos teóricos acerca da agroindústria, da reforma agrária, do desenvolvimento territorial e socioespacial regional brasileiro e latinoamericano.

O primeiro artigo, de Clara Craviotti e Paula Palácios, denominado “Redes Público-Privadas y Dinámicas de los complejos productivos agroalimentarios: actores y entramados locales en el corredor citrícola del río Uruguay (Argentina)”, enfoca um complexo produtivo orientado para o mercado interno, que tem aumentado suas exportações da produção de citros do corredor do rio Uruguai, Argentina. As pesquisadoras argentinas avaliam as redes público-privadas e em que medida estas novas estruturas incluem os atores representativos de agentes sociais mais vulneráveis do complexo, em particular os pequenos e médios produtores.

O artigo “O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI”, de Antonio Thomaz Junior, apresenta uma nova contribuição à compreensão da expansão do capitalismo no campo a partir da ampliação do conceito de agronegócio, envolvendo as atuais disputas pela água e terras no Brasil, consolidando o que o pesquisador denomina de Polígono do Agrohidronegócio, com a territorialização das plantações e concentração das plantas agroprocessadoras, de produção de álcool e de açúcar de cana-de-açúcar no Oeste de São Paulo,

Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás. Enfatiza o conteúdo dos conflitos territoriais, por meio do qual utiliza como fio condutor das ações dos sujeitos envolvidos nesse cenário de expansão e consolidação do agrohidronegócio. Isto é, as ações que antepõem trabalhadores e capital, as fissuras intercapital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica, portanto aptas à mecanização, e entre os próprios trabalhadores, mediante as ocupações de terra e a ações no âmbito da luta pela terra.

O terceiro artigo “A Adoção da Perspectiva Territorial nas Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil”, de Rosângela Medeiros Hespanhol, tem como objetivo principal analisar as mudanças ocorridas nas políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro no período recente. A autora avalia as experiências do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços e, mais recentemente, dos Programas de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) e dos Territórios da Cidadania na perspectiva centrada na dimensão espacial e no enfoque territorial.

O quarto artigo “A Dinâmica Territorial do Agronegócio Canavieiro e o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar”, de Marcos Antonio de Souza, analisa o zoneamento sob a ótica da lógica de localização geográfica do agronegócio canavieiro, orientada pelo auferimento da renda da terra, demonstrando que esta política de ordenamento territorial não conseguirá mitigar os impactos socioambientais inerentes à produção desses agrocombustível sob os moldes do agronegócio. Mostra que a crescente expansão do agronegócio canavieiro, após a década de 1970, provocou uma série de impactos socioambientais no espaço agrário brasileiro, a perspectiva de uma expansão ainda maior pela atual conjuntura nacional e internacional aponta para um proporcional intensificação desses impactos com um aumento proporcional da concentração fundiária, das disputas territoriais com a produção agroalimentar, além da superexploração da força de trabalho empregada nos canaviais.

No artigo “Bairros Rurais e Resistência: a formação das Comunidades Rurais no Noroeste Paulista” de Paulo César Souza e Antonio Nivaldo Hespanhol, estuda o modo de vida caipira na construção da sociabilidade rural, realizando o resgate do processo de (re)produção social da população dos bairros rurais do município de Martinópolis (SP). Os autores constatam que a construção da sociabilidade persistiu perante a expropriação da força de trabalho e dos meios de produção, com enfoque a dois tipos de resistência: simbólica e material. De acordo com os estudos, a eficácia simbólica está associada à construção, a manutenção das sociedades e a afirmação das identidades, por meio de ícones e símbolos que configuram, formalmente, a integração, a unidade e a existência social. A eficácia material se concretiza na permanência no meio rural com a manutenção da propriedade para uso da terra e a busca de alternativas e iniciativas que geram trabalho e renda.

No sexto artigo “Novos Territórios da Reforma Agrária na Campanha Gaúcha”, de Marcelo Cervo Chelotti, é analisado o processo de luta pela terra no Rio Grande do Sul, intensificado na década de 1990, tornando-se mais evidentes as novas (re)configurações territoriais em curso na região. Para o autor, o deslocamento da luta pela terra na Campanha Gaúcha constitui uma das estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para conquistar novos territórios para a reforma agrária. Com o anúncio da aquisição de parcela da Fazenda Southall, localizada no município de São Gabriel, no final do ano de 2008, representou mais uma conquista do MST dentro do território latifundiário gaúcho, que fora considerada um símbolo de resistência da classe ruralista.

O sétimo artigo “Reforma Agrária em Santana do Livramento/RS: uma abordagem através dos sistemas agrários”, de Júlia Saldanha Aguiar e Rosa Maria Vieira Medeiros, apresenta uma sistematização dos primeiros resultados de pesquisa das autoras sobre os impactos da reforma agrária na região de Santana do Livramento/RS, município localizado na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, no Pampa gaúcho. As autoras utilizam como referência para o estudo a abordagem dos *sistemas agrários*, realizando uma aproximação à geografia física local, através de um zoneamento agroecológico regional, estabelecem a evolução e a diferenciação dos sistemas agrários na Fronteira Oeste e a situação produtiva e fundiária atual do município, fazendo uma compilação acerca da situação dos assentamentos instalados na região.

No oitavo artigo “Da Migração Sulista ao Novo Arranjo Territorial no Oeste Baiano: ‘territorialização’ do capital no campo e paradoxos na configuração da *cidade do agronegócio*”, de Marcos Leandro Mondardo, são analisados os atuais processos de reestruturação produtiva com a “territorialização” do agronegócio globalizado a partir da década de 1980 no Oeste da Bahia, especialmente, no município de Barreiras. Mostra os impactos provocados pela migração sulista na reorganização socioespacial e a emergência de novas territorialidades com o incremento da ascendente urbanização. De acordo com o autor, a “territorialização” do agronegócio globalizado no Oeste Baiano gera paradoxos, pois, ao mesmo tempo em que se “apropria” e “domina” o Cerrado gerando riqueza, reproduz pobreza através do desmatamento avassalador e da expropriação/exploração das populações locais.

O artigo “A Lógica Corporativa do Uso do Território em Rondônia: o agronegócio da soja na região de Vilhena”, de Mirlei Fachini Vicente Pereira e Samira Peduti Kahil, apresenta discussões acerca da inserção da agricultura moderna de exportação no estado de Rondônia, especialmente o caso da produção de soja na região de Vilhena. São avaliadas as ações de grandes empresas que organizam a produção na região, as conseqüências de uma lógica corporativa de uso do território e a emergência, no território rondoniense, de uma moderna “cidade do campo”.

O décimo artigo, de Manoel Calaça e Wagner Alceu Dias sobre “A Modernização do Campo no Cerrado e as Transformações Socioespaciais em Goiás”, demonstra que a partir da década de 1980 assistimos à territorialização do capital no Cerrado, via agronegócio, em que o Estado de Goiás foi capturado pela lógica da produção do capital devido às vantagens comparativas de suas terras. A agricultura familiar, reconhecida no passado como atividade responsável pelo abastecimento interno da população brasileira, foi capturada e desarticulada pelo agronegócio. Os autores demonstram que embora a modernização do campo tenha promovido um expressivo desenvolvimento a Goiás, ainda há regiões que possuem grandes áreas de Cerrado em estado conservado, sendo consideradas como regiões pobres. Goiás se enuncia pela sua pujança da agropecuária, cujo desenvolvimento desigual e combinado reflete a lógica da expansão capitalista no Cerrado. O sul do Estado, articulado ao centro dinâmico do país, se industrializa e o norte se mantém como pecuarista e extrativista.

No último artigo “A Organização de um Espaço Inter-Étnico: o Noroeste do Rio Grande do Sul”, de Jussara Mantelli e Ivo dos Santos Canabarro, é analisado o processo de ocupação pelos imigrantes europeus e descendentes como elemento definidor da organização do território na porção noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O segmento produtivo passa constantemente por (re) arranjos de seus elementos sociais, técnico-estruturais e de produção, considerando-se relevante para a análise da organização do espaço regional, as condições físico-territoriais e o processo de ocupação estadual, relacionado às atividades agropecuárias presentes.

O **Relato de Experiência**, de autoria de Francisco Lima Mota, denominado “Agroecologia e Formação de Professores: uma experiência em área de assentamentos no município de Arame-MA” é resultado de uma de experiência em ensino no Programa de Qualificação de Docentes (PQD) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), realizado na cidade de Arame/MA, em 2009, cujas as atividades foram desenvolvidas a partir da disciplina de Agroecologia com alunos do curso de Geografia Licenciatura.

A **Resenha**, elaborada por João Cleps Jr., apresenta a obra “*No rancho fundo*”. **Espaços e tempos no mundo rural**, do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, reúne estudos clássicos e recentes sobre os modos de vida e trabalho entre tempos e espaços de comunidades camponesas tradicionais de Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Esta obra, composta por diversos estudos de importância histórica e regional, é uma das mais ricas investigações do autor e é um convite à (re)leitura sobre o campesinato brasileiro.

Uberlândia/MG, agosto de 2010.

João Cleps Junior - Editor